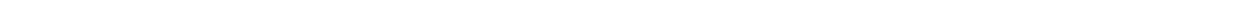




Energisa Borborema | Resultados de 2012

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2012**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Borborema” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2012, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 5 de março de 2013.

1 - Considerações Gerais

A Energisa Borborema é uma distribuidora de energia elétrica que atende a cerca de 179 mil clientes e uma população de aproximadamente 483 mil habitantes em 6 municípios Estado da Paraíba.

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter os seus indicadores de desempenho e qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica entre os melhores do país.

Em 2012, a Energisa Borborema conquistou o Prêmio Socioambiental Chico Mendes que reconhece práticas de promoção do bem estar social com respeito ao meio ambiente. Foi contemplado o prédio a sede da Energisa Borborema, em Campina Grande. O prêmio Chico Mendes, promovido pelo Instituto Internacional de Pesquisas e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes, é destinado às instituições públicas e privadas que apresentem gestão socioambiental responsável, *cases* e ações de natureza socioambiental, desenvolvimento de produtos comprometidos com os conceitos de sustentabilidade, especialmente no que se refere a redução de impactos e que demonstrem responsabilidade com o bem estar das pessoas e a melhoria da qualidade de vida da comunidade. A principal intenção é dar visibilidade a exemplos bem sucedidos e estimular novas ideias e ações que visem ampliar as possibilidades de interação da sociedade brasileira com as questões socioambientais.

2 - Investimentos

Em 2012, foram realizados significativos investimentos pela Energisa Borborema, que totalizaram aplicações da ordem de R\$ 21,9 milhões (R\$ 19,7 milhões em 2011), destacadamente aquelas referentes à construção das Subestações de Queimadas e Aeroclube, bem como a duplicação da LT 69 kV que supre a subestação de Catolé, conferindo assim maior confiabilidade ao sistema elétrico da empresa.

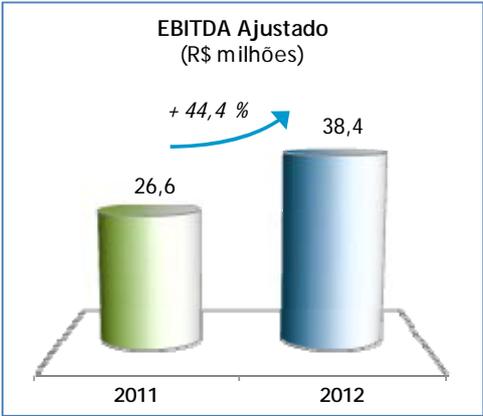
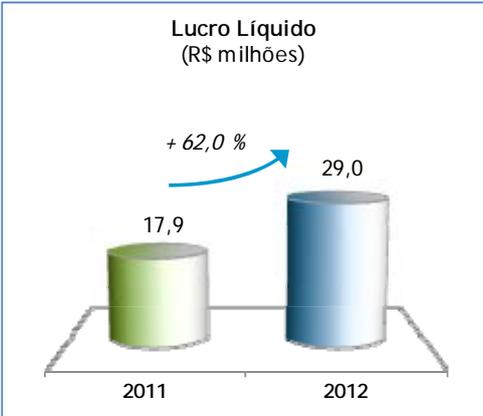
Ainda, dentre as realizações em 2012, destaca-se a construção de novos alimentadores para atendimento a Massaranduba e Galante, além das melhorias procedidas nas redes de média tensão em Lagoa Seca e Campina Grande.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Borborema no exercício findo:

Descrição do ativo	Dez / 2012	Dez / 2011	Acréscimo (%) 2012/2011
Subestações - nº	4	2	+ 100,0
Capacidade instalada nas subestações - MVA	75	38	+ 97,4
Redes de distribuição (próprias) - km	5.076	5.005	+ 1,5
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.315	3.161	+ 4,8
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	143	126	+ 13,5

3 - Destaques econômico-financeiros

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2012:

Indicadores Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	264,6	217,8	+ 21,5
Receita Operacional Líquida	186,4	147,3	+ 26,5
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	31,2	19,9	+ 56,8
EBITDA	35,9	24,5	+ 46,5
Resultado Financeiro	2,9	(0,2)	-
Resultado antes dos impostos	34,1	19,6	74,0
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</p> <p>+ 44,4 %</p> <p>2011: 26,6 2012: 38,4</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Lucro Líquido (R\$ milhões)</p> <p>+ 62,0 %</p> <p>2011: 17,9 2012: 29,0</p> </div> </div>			
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	183,4	156,1	+ 17,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	14,0	14,0	-
Patrimônio Líquido	98,2	89,5	+ 9,7
Endividamento Líquido	29,5	16,4	+ 79,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	179	173	+ 3,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	661	632	+ 4,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	6,69	7,58	- 0,89 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	20,6	18,1	+ 2,5 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	0,8	0,6	+ 33,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.1 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

A Energisa Borborema registrou **lucro líquido de R\$ 29,0 milhões** em 2012 (ou R\$ 98,87 por ação), o que representa um aumento de 62,0% em relação ao registrado em 2011. Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 26,5% (ou R\$ 39,1 milhões) da receita operacional líquida no período, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, que aumentaram 21,7% (ou R\$ 27,7 milhões). A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 38,4 milhões, contra R\$ 26,6 milhões em 2011, ou seja, um aumento de 44,4%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Exercício		
	2012	2011	Variação %
(=) Lucro Líquido	29,0	17,9	+ 62,0
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,1)	(1,7)	+ 200,0
(-) Resultado financeiro	2,9	(0,2)	-
(-) Depreciação e amortização	(4,7)	(4,7)	-
(=) Geração de caixa (EBITDA)	35,9	24,5	+ 46,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,5	2,1	+ 19,0
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	38,4	26,6	+ 44,4
Margem do EBITDA Ajustado	20,6	18,1	+ 2,5 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2012, a Companhia já distribuiu dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 16,6 milhões, pagos a partir de: i) 17 de agosto de 2012, correspondentes a R\$ 11,1 milhões (R\$ 37,84 por ação), e ii) 21 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 5,5 milhões (R\$ 18,85 por ação). Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 5,2 milhões (R\$ 17,8906128 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício no valor de R\$ 21,8 milhões representam 75,2% do lucro líquido apurado pela Companhia.

3.2 - Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2012	2011	Variação em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	29,5	26,7	+ 2,8
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	15,5	13,8	+ 1,7
1.2 - Material	1,5	1,6	- 0,1
1.3 - Serviços de terceiros	12,5	11,3	+ 1,2
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	95,0	76,5	+ 18,5
3 - Depreciação e amortização	4,7	4,7	-
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	0,1	(1,0)	+ 1,1
5 - Outras despesas / receitas	4,4	1,5	+ 2,9
Subtotal (1+2+3+4+5)	133,7	108,4	+ 25,3
6 - Custo de construção	21,5	19,1	+ 2,4
Total	155,2	127,5	27,7

4 - Desempenho operacional

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter resultados consistentes e entre os melhores do país. Esse fato evidencia a posição privilegiada dos seus indicadores de satisfação junto aos consumidores.

Na última pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a Energisa Borborema alcançou o índice de aprovação de 88,8% no ISQP (Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida), o que lhe valeu o segundo lugar entre as melhores distribuidoras da região Nordeste.

4.1 - Gestão das perdas de energia: o ano foi marcado mais uma vez pela manutenção dos excelentes resultados no combate às perdas totais de energia elétrica, que foram reduzidas para 6,69%, um dos menores entre todas as distribuidoras de energia elétrica do país.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, também foi destaque, tendo evoluído de 1,63%, em 2011, para 1,16%, em 2012, o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 0,84 para 0,73.

4.3 - DEC e FEC: a significativa redução dos indicadores de continuidade (DEC e FEC) em 2012 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC foi 37,6% melhor que no ano anterior e o FEC apresentou uma melhoria de 43,0%, na mesma base de comparação.

Indicadores operacionais	2012	2011	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	6,69	7,58	- 0,89
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,16	1,63	- 28,8
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,73	0,84	- 13,1
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	88,8	84,6	+ 5,0
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	66,8	(*) 76,1	-12,2
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,14	14,64	- 37,6
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	6,76	11,85	- 43,0

(*) IASC de 2010, pois em 2011 não foi realizada a pesquisa.

4.4 - Mercado de energia: a energia total distribuída pela Companhia em 2012 atingiu 661 GWh, representando um crescimento de 4,6% em relação a 2011. As vendas no mercado próprio totalizaram 635 GWh, o que representa 5,6% de aumento em relação ao ano anterior. O consumo foi puxado pelas classes comercial e residencial que, juntas, representam 52,4% da energia total consumida pelos seus consumidores cativos. Essas classes apresentaram crescimentos de 8,4% e 5,2%, respectivamente, no consumo. Embora com participação relativa menor no mercado de energia, a classe rural também se destacou com crescimento de 13,6%.

A Energisa Borborema encerrou o exercício de 2012 com 179.176 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,9% superior à registrada no fim de 2011.



5 - Gestão de pessoas

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Borborema registrou, em 2012, um total de 20.925 homens-hora treinados, correspondentes a 75,5 horas de treinamento/colaborador. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 70% do programa de treinamento da empresa.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; **Programa de Boas Vindas**, que contempla uma reunião dos Diretores com os colaboradores recém-admitidos; **Reuniões da Diretoria com os acidentados**; **Ginástica laboral**; **Programa de Incentivos (PIN)**, que busca valorizar as ideias e inovações dos colaboradores, e o **Projeto Presente-Futuro**, este voltado para os filhos dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

As práticas de gestão de pessoas na empresa também se fizeram visíveis, sendo de se ressaltar a prática do **recrutamento interno**, os **programas de desenvolvimento** e **avaliação de desempenho**, que, em essência, propiciaram o atendimento pleno a todas as necessidades de recursos humanos, nos diversos níveis, de forma a manter a plenitude das suas atividades operacionais.

6 - Responsabilidade socioambiental

Em 2012, a Energisa Borborema deu continuidade às atividades nas áreas de cultura e responsabilidade socioambiental, destacadamente com o **Espaço Energia**, voltado para a difusão do conhecimento histórico-científico e, de modo particular, para a conscientização sobre a importância da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Durante o ano de 2012, o Espaço Energia recebeu 18.959 visitantes (16,5% maior que 2011).

Criado em 2005 pela Energisa Borborema e inserido no Programa de Eficientização Energética da Aneel / Procel, o **Projeto Comunidades** que atingiu, em 2012, um total de 1.260 famílias, permitiu a presença da empresa em todos os municípios da área de concessão por intermédio de suas unidades móveis. Esse programa tem como objetivo levar às comunidades carentes orientações sobre cuidados, segurança e uso eficiente da energia elétrica, bem como instruções sobre aspectos de ordem social, além de facilitar aos clientes maior aproximação e melhor relacionamento com a empresa.

Destaque-se, ainda, entre as realizações de 2012, o **Projeto Conta Cidadã**, que consiste na troca de lixo reciclável por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.

Lançado em 2011, o **Balcão de Livros**, um projeto pioneiro para estimular o hábito da leitura e ampliar o conhecimento, através dos postos e agências de atendimento, disponibilizou, em 2012, a 137 clientes da empresa o acesso a obras destacadas da literatura universal, especialmente aquelas da língua portuguesa.

Em 2012, um registro único na história da empresa foi a distinção conferida pelo Instituto Chico Mendes com a outorga do Prêmio Internacional Socioambiental pela construção em 2011 de um prédio sustentável - a sede da Energisa Borborema, um atestado de compromisso maior com as gerações futuras.

7 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Borborema em 2012 foi de R\$ 84 mil, sendo: i) R\$ 40 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras, e ii) R\$ 44 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Balanço Social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2012						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1734	13,20%	0,93%	1623	14,23%	1,07%
Encargos sociais compulsórios	2.833	21,57%	1,52%	2.479	21,74%	1,68%
Previdência privada	63	1,16%	0,08%	170	1,49%	0,12%
Saúde	608	4,63%	0,33%	608	5,33%	0,41%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	46	0,40%	0,03%
Educação	91	0,69%	0,05%	69	0,61%	0,05%
Cultura	3	0,02%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	96	0,73%	0,05%	54	0,47%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	245	1,86%	0,13%	229	2,01%	0,16%
Participação nos lucros ou resultados	1388	10,57%	0,74%	1051	9,22%	0,71%
Outros	230	1,75%	0,12%	218	1,91%	0,16%
Total - Indicadores sociais internos	7.381	56,18%	3,96%	6.547	57,42%	4,44%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	31	0,16%	0,02%
Cultura	19	0,58%	0,11%	19	0,61%	0,08%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	30	0,09%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	38	0,11%	0,02%	59	0,30%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	267	0,78%	0,14%	209	1,08%	0,14%
Tributos (excluídos encargos sociais)	64.015	17,98%	34,34%	53.997	278,11%	36,65%
Total - Indicadores sociais externos	64.282	188,76%	34,49%	54.206	279,18%	36,79%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	6	0,02%	0,00%	981	5,05%	0,67%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	6	0,02%	0,00%	981	5,05%	0,67%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	278			278		
Nº de admissões durante o período	34			33		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	27			33		
Nº de estagiários(as)	1			4		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	65			59		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	42			45		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,18%			22,22%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	88			89		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	18,18%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	9			9		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania	2012			Metas 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20,4			20,4		
Número total de acidentes de trabalho	9			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(a)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 3.927	no Procon 56	na Justiça 155	na empresa 4.076	no Procon 68	na Justiça 184
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,77%	no Procon 62,5%	na Justiça 46,2%	na empresa 100%	no Procon 65%	na Justiça 45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 122.142			Em 2011: 104.858		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62% governo 18% acionistas 11% colaboradores(as) 3% terceiros 6% retido			65% governo 12% colaboradores(as) 12% acionistas 6% terceiros 5% retido		
7 - Outras Informações	2012			2011		
7.1 - Investimentos sociais						
7.1- Programa Luz para Todos						
7.11 - Investimento da União	0			0		
7.12 - Investimento do Estado	0			0		
7.13 - Investimento do Município	0			0		
7.14 - Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.11 a 7.14)	0			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	466			612		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	1063			625		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.529			1.237		

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	7.968	8.699	22.706
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5	2.353	3.639	2.847
Consumidores e concessionárias	6	33.644	23.290	20.436
Títulos de créditos a receber	7	2.828	2.213	2.273
Estoques		578	621	628
Impostos a recuperar	11	4.037	6.761	7.952
Despesas pagas antecipadamente		400	455	172
Baixa renda	10	1.580	954	901
Outros créditos		2.673	2.171	2.243
Total do circulante		56.061	48.803	60.158
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.662	1.692	1.693
Títulos de créditos a receber	7	4.159	3.547	1.905
Impostos a recuperar	11	3.818	3.054	2.338
Créditos tributários	13	23.166	23.337	23.452
Cauções e depósitos vinculados	19	5.313	5.487	5.661
Instrumentos financeiros derivativos	27	1.621	-	-
Contas a receber da concessão	14	19.527	5.556	2.650
		61.266	42.673	37.699
Investimentos		82	84	85
Intangível	15	65.165	64.492	52.872
Imobilizado	15	868	-	-
Total do não circulante		127.381	107.249	90.656
Total do Ativo		183.442	156.052	150.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	16	14.100	11.677	11.634
Encargos de dívidas	17	362	229	279
Empréstimos e financiamentos	17	3.644	8.646	9.225
Folha de pagamento		232	193	254
Tributos e contribuições sociais	18	9.475	8.637	7.834
Dividendos	20.5	4.000	3.487	132
Encargos do consumidor a recolher		947	1.050	902
Obrigações estimadas		903	899	772
Taxa de iluminação arrecadada		747	672	518
Obrigações Intrasetoriais		3.343	3.284	3.525
Outras contas a pagar		2.661	1.910	5.468
Total do circulante		40.414	40.684	40.543
Não Circulante				
Exigível a longo prazo				
Fornecedores	16	391	361	323
Empréstimos e financiamentos	17	39.450	21.596	22.004
Tributos e contribuições sociais	18	1.854	153	160
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	865	267
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	19	3.143	2.910	2.574
Total do não circulante		44.838	25.885	25.328
Patrimônio Líquido				
Capital social	20	57.017	52.239	46.835
Ações em tesouraria	20.1	(50)	(50)	(50)
Reservas de capital	20.2	24.148	24.148	24.148
Reservas de lucros	20.3 e 20.4	11.831	9.426	9.157
Dividendos adicionais propostos	20.5	5.244	3.720	4.853
		98.190	89.483	84.943
Total do Passivo		183.442	156.052	150.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação em circulação)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	21	186.389	147.346
Custo do serviço de energia elétrica	22	<u>(129.379)</u>	<u>(107.572)</u>
Lucro bruto		57.010	39.774
Despesas com vendas	22	(6.690)	(5.015)
Despesas gerais e administrativas	22	(16.588)	(15.115)
Outras receitas	23	1.793	772
Outras despesas	23	<u>(4.374)</u>	<u>(539)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		31.151	19.877
Receita financeira	24	5.727	4.634
Despesas financeiras	24	<u>(2.824)</u>	<u>(4.862)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		2.903	(228)
Lucro antes dos impostos		34.054	19.649
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(6.895)	(2.620)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<u>1.802</u>	<u>862</u>
Lucro líquido do exercício		<u>28.961</u>	<u>17.891</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	25	<u>98,87</u>	<u>61,08</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro do exercício	<u>28.961</u>	<u>17.891</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>28.961</u>	<u>17.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (ajustado)
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		34.054	19.649
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas		1.321	2.187
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	14	(1.214)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	66	(522)
Amortização e depreciação	22	4.691	4.661
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	23	2.581	255
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	22	63	180
Marcação Mercado Derivativos	24	(758)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	(608)	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(10.476)	(2.524)
(Aumento) de títulos de créditos a receber		(999)	(1.422)
Diminuição de estoques		43	7
Diminuição de Impostos a recuperar		1.960	482
Diminuição de cauções e depósitos vinculados		117	173
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		55	(283)
(Aumento) diminuição de outros créditos		(1.128)	11
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		1.693	81
Aumento (diminuição) de salários a pagar		39	(61)
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais		(572)	1.380
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.676)	(550)
Aumento de obrigações Estimadas		4	127
(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher		(103)	148
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar		883	(3.644)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		<u>29.036</u>	<u>20.335</u>
Atividades de investimentos			
Aplicações no investimento		2	-
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		(2.124)	(1.591)
Resgate de aplicações financeiras		1.660	833
Aplicações no intangível		(20.234)	(19.442)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		1.793	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos		<u>(18.903)</u>	<u>(20.200)</u>
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos		19.638	6.633
Pagamentos de empréstimos principal		(8.198)	(7.710)
Pagamentos de empréstimos juros		(2.308)	(3.069)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(255)	-
Pagamentos de dividendos		(19.741)	(9.996)
Caixa consumido nas atividades de financiamento		<u>(10.864)</u>	<u>(14.142)</u>
Variação líquida do caixa		<u>(731)</u>	<u>(14.007)</u>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		8.699	22.706
Caixa mais equivalentes de caixa finais		<u>7.968</u>	<u>8.699</u>
Variação líquida do caixa		<u>(731)</u>	<u>(14.007)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstrações do Valor Adicionado

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	21	243.102	198.736
Outros resultados	23	1.793	772
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21	21.452	19.853
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	22	(66)	1.154
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		103.682	83.953
Materiais e serviços de terceiros		14.336	29.827
Outros custos operacionais		27.157	1.850
		<u>145.175</u>	<u>115.630</u>
Valor adicionado bruto		<u>121.106</u>	<u>104.885</u>
Amortização e depreciação	22	<u>4.691</u>	<u>4.661</u>
Valor adicionado líquido		<u>116.415</u>	<u>100.224</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	5.727	4.634
Valor adicionado total a distribuir:		<u>122.142</u>	<u>104.858</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		9.813	9.289
Benefícios		2.870	2.897
FGTS		797	645
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		20.173	14.104
Estaduais		46.614	42.285
Municipais		61	87
Obrigações Intrasetoriais		9.512	11.433
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		2.824	5.669
Aluguéis		517	558
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e dividendos adicionais propostos	20.5	21.850	12.279
Reserva Legal	20.3	1.448	895
Reserva de redução de imposto de renda	20.5	5.735	4.778
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	20.5	(72)	(61)
		<u>122.142</u>	<u>104.858</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados de 2012

7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Redução de imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2011		46.835	(50)	154	23.994	3.753	5.404	4.853	-	84.943
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(4.853)	-	(4.853)
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 29/04/2011		5.404	-	-	-	-	(5.404)	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	61	61
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	17.891	17.891
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	20.3	-	-	-	-	895	-	-	(895)	-
Incentivo Fiscal - Laudo constitutivo nº 0094/2004 - ADENE	20.4	-	-	-	-	-	4.778	-	(4.778)	-
Dividendos	20.5	-	-	-	-	-	-	-	(8.559)	(8.559)
Dividendos adicionais propostos	20.5	-	-	-	-	-	-	3.720	(3.720)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		52.239	(50)	154	23.994	4.648	4.778	3.720	-	89.483
Pagamento de dividendos adicionais	20.5	-	-	-	-	-	-	(3.720)	-	(3.720)
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 25/04/2012	20.1	4.778	-	-	-	-	(4.778)	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	72	72
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	28.961	28.961
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	20.3	-	-	-	-	1.448	-	-	(1.448)	-
Incentivo Fiscal - Laudo constitutivo nº 0094/2004 - ADENE	20.4	-	-	-	-	-	5.735	-	(5.735)	-
Dividendos	20.5	-	-	-	-	-	-	-	(16.606)	(16.606)
Dividendos adicionais propostos	20.5	-	-	-	-	-	-	5.244	(5.244)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		57.017	(50)	154	23.994	6.096	5.735	5.244	-	98.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa BO”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 179.177 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em fevereiro de 2030.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas 9,14,15,21e 30, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo International Accounting Standards Board - *IASB*.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 600 de 07 de outubro de 2009 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 1 - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9;

IFRS 7 - Divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. Entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo - (CPC 46);

IAS 1 - Esclarecimentos dos requerimentos das informações comparativas;

IAS 16 - Classificação dos equipamentos de serviço;

IAS 19 - Benefícios a empregados - Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" (CPC 33 R1);

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas - (CPC 35 R2);

IAS 32 - Efeitos tributários da distribuição dos instrumentos de patrimônio para os acionistas, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013 e Compensação de ativos e passivos financeiros, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014;

IAS 34 - relatórios financeiros interinos e informações por segmentos para o total de ativos e passivos.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão. Até 31 de dezembro de 2011, diante das incertezas vinculadas ao valor de indenização desses ativos, a Administração da Companhia concluiu que a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão seria o valor dos ativos em serviços registrados ao seu custo histórico contábil.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em data subsequente ao encerramento do exercício, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, em 31 de dezembro de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira;
- j. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;

- k. Juros e encargos financeiros são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- l. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já feitas em 31 de dezembro de 2012.

- m. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27;
- o. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- p. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- q. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- s. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se

constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

- t. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- u. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- v. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

3.3 Ajuste e Reclassificação:

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi feita a reclassificação dos saldos inicial e final de 2011 em relação aos originalmente publicados referentes a:

Impostos a recuperar e créditos tributários

	2011	2011	01/01/2011	01/01/2011
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Impostos a recuperar				
Crédito fiscal	19.274	-	20.467	-
Circulante	7.954	6.761	9.145	7.952
Não circulante	21.135	3.054	21.612	2.338
Total de impostos a recuperar	29.089	9.815	30.757	10.290
Créditos tributários				
Diferenças temporárias - não circulante	4.063	23.337	2.985	23.452
Total dos créditos tributários	4.063	23.337	2.985	23.452

Demonstrações dos fluxos de caixa referentes ao período anterior

A Companhia revisou, no exercício, a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, e realocou as transações de aplicação financeira e recursos vinculados apresentadas anteriormente nas atividades operacionais para as atividades de investimentos. Como consequência, as demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício inicial e final de 2011 estão sendo alterados para fins de comparação.

	2011	2011
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
(Aumento) de recursos vinculados	(1.591)	-
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	<u>18.744</u>	<u>20.335</u>
Atividades de investimentos		
Aplicação financeira e recursos vinculados	-	(1.591)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	<u>(18.609)</u>	<u>(20.200)</u>
Variação Líquido do caixa	<u>(14.007)</u>	<u>(14.007)</u>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	22.706	22.706
Caixa mais equivalentes de caixa finais	8.699	8.699
Variação Líquido do caixa	<u>(14.007)</u>	<u>(14.007)</u>

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado						
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2012	2011	01/01/2011
BIC Banco	CDB	08/11/2011	110% do CDI	-	-	2.408
BTG Pactual	Letra Financeira	14/01/2011	35% do CDI	-	-	390
CEF	CDB	29/12/2014	100,5% do CDI	3.887	1.781	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	368	3.943
Fundo Plural	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	3.340
Fundo Capitania Treasury	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	729
Fundo GAP Multiportifolio	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	734
Fundo Kondor FIC	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	1.249
Fundo Oren Dinamico	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	726
Fundo Patria Equity	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	105
Fundo Quest Long Short	Fundo de Investimentos	-	Benchmark CDI	-	-	525
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	18	5.034
Mercantil	CDB	15/12/2014	105,0% do CDI	19	1.556	-
Santander	Debêntures (**)	10/12/2014	103,2% do CDI	69	-	-
				3.975	3.723	19.183
Caixa e bancos				3.993	4.976	3.523
Total caixa e equivalente de caixa				7.968	8.699	22.706

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2012	2011	01/01/2011
CEF	Fundo de Investimento	Benchmark CDI		361	-	-
ABC Brasil	CDB	29/10/2012	104,5% do CDI	-	13	12
BES	CDB	19/03/2015	103,0% do CDI	2	23	20
BMG	CDB	16/12/2013	112,0% do CDI	380	348	307
Bradesco	CDB	25/07/2013 a 02/12/2013	99,0% a 100,0% do CDI	33	30	22
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.215	-	-
CEF	Poupança	-	Poupança	15	15	15
HSBC	CDB	19/01/2015	103,3% do CDI	4	5	4
Itaú	CDB	11/03/2013	103,5% do CDI	13	12	13
Itaú	Debêntures (**)	25/07/2013 a 06/12/2013	100,0% a 102,0% do CDI	122	112	103
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1	24	2
Nordeste	CDB	31/07/2017 a 30/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	2.884	2.950	1.845
Safra	Debêntures (**)	15/01/2013	100,0% do CDI	21	18	17
Votorantim	CDB	10/08/2012	100,5% do CDI	-	18	16
				5.051	3.568	2.376

b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda

Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	71	471
				-	71	471

b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	23/01/2013 a 29/12/2020	100,0% do CDI	964	1.692	1.693
				964	1.692	1.693
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				6.015	5.331	4.540
Circulante				2.353	3.639	2.847
Não circulante				3.662	1.692	1.693

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (*)	Vencidos					Há mais de 360 dias	2012	2011	1/1/2011
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias					
Residencial	2.369	2.273	789	186	6	-	5.623	5.764	4.835	
Industrial	5.067	101	20	14	6	1.187	6.395	6.167	5.688	
Comércio, serviços e outras atividades	3.165	718	178	133	6	-	4.200	4.066	3.746	
Rural	176	120	56	20	-	-	372	598	504	
Poder Público:										
Federal	497	58	-	-	-	-	555	436	740	
Estadual	438	51	-	-	-	-	489	384	653	
Municipal	118	14	-	-	-	-	132	104	177	
Iluminação pública	516	50	-	-	-	-	566	430	380	
Serviço público	214	-	-	-	-	-	214	250	211	
Subtotal - consumidores	12.560	3.385	1.043	353	18	1.187	18.546	18.199	16.934	
Concessionárias (**)	8.467	-	-	-	-	-	8.467	9	123	
Fornecimento não faturado	5.599	-	-	-	-	-	5.599	4.096	2.784	
Outros	2.417	-	-	-	-	94	2.511	2.344	2.283	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(186)	(12)	(1.281)	(1.479)	(1.358)	(1.688)	
Total - Circulante	29.043	3.385	1.043	167	6	-	33.644	23.290	20.436	

(*) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(**) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2012	2011	01/01/2011
Títulos de créditos a receber	8.552	7.907	5.490
Ajuste a valor presente	(915)	(1.269)	(242)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(650)	(878)	(1.070)
	6.987	5.760	4.178
Circulante	2.828	2.213	2.273
Não circulante	4.159	3.547	1.905

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2012 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	650
2013	2.828
2014	1.107
2015	826
2016	570
2017	532
2018 em diante	1.124
Total	7.637

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2012	2011
Saldo - inicial 2011 e 01/01/2011	2.236	2.758
Provisões constituídas no exercício	1.561	1.549
Reversão de provisões no exercício	(1.668)	(2.071)
Saldo - final - circulante	2.129	2.236
Consumidores e concessionárias	1.479	1.358
Títulos de créditos a receber	650	878

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em janeiro de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 29 de janeiro de 2013, a ANEEL através da Resolução nº 1.483, foi homologado a revisão tarifária a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores será um aumento de 6,18%.

Reajustes tarifários:

Em 31 de janeiro de 2012, a ANEEL através da Resolução nº 1.259, foi homologado o reajuste tarifário que vigorou desde 04 de fevereiro de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,93%.

10. Baixa renda

Segue a movimentação do baixa renda:

	2012	2011
Saldo - inicial - circulante	954	901
Subvenção baixa renda	8.094	5.068
Ressarcimento Eletrobrás	(7.627)	(5.015)
Contas a receber Eletrobrás - CDE	159	-
Saldo - final - circulante	1.580	954

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11. Impostos a recuperar

	2012	2011	01/01/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.166	2.635	2.241
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	259	1.937
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	32	2.356	2.066
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	55	36	58
PIS e COFINS	4.397	4.524	3.979
Outros	205	5	9
	7.855	9.815	10.290
Ativo circulante	4.037	6.761	7.952
Ativo não circulante	3.818	3.054	2.338

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II)(empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela companhia:

	<u>EPB (1)</u>	<u>Energisa S/A (2)</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Transações:					
Serviços contratados	-	(5.376)	(5.376)	(5.122)	(4.644)
Energia elétrica comprada	(4.716)	-	(4.716)	(2.501)	(1.182)
			<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Saldo a pagar - fornecedores	459	422	881	676	463

(1) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

(2) Os serviços prestados pela Controladora referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$402 (R\$371 em 2011) e da Diretoria foi de R\$1.292 (R\$1.161 em 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$62 (R\$55 em 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$259 (R\$245 em 2011).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$27 e R\$1 (R\$25 e R\$1 em 2011), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2012 foi de R\$8 (R\$7 em 2011).

Na AGE de 25 de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$2.841.

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Ativo			
Diferenças temporárias:			
Imposto de renda	17.087	17.213	17.297
Contribuição social	6.079	6.124	6.155
Total - não circulante	<u><u>23.166</u></u>	<u><u>23.337</u></u>	<u><u>23.452</u></u>
Passivo			
Imposto de renda	-	636	196
Contribuição social	-	229	71
Total - não circulante	<u><u>-</u></u>	<u><u>865</u></u>	<u><u>267</u></u>

As diferenças temporárias são como segue:

	<u>2012</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>IR e CS temporário</u>
Resultado de swap	256	87
Provisões constituídas	15.988	5.436
Crédito fiscal ágio (1)	53.179	18.081
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(1.214)	(413)
Outros	(74)	(25)
Total	<u><u>68.135</u></u>	<u><u>23.166</u></u>

(1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

<u>Período</u>	<u>Realização dos créditos fiscais</u>
2013	1.587
2014	1.484
2015	1.458
2016	1.484
2017	1.510
2018 a 2021	15.643
Total	<u><u>23.166</u></u>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos	34.054	19.649
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(11.578)	(6.681)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	5.735	4.778
Outros	750	145
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.895)	(2.620)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferido	1.802	862
Alíquota efetiva	15,0%	8,9%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2012. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e ingressou com o pedido junto à Receita Federal do Brasil em fevereiro de 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconhece o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo reconhecido no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$1.214.

As contas a receber da concessão estão classificadas como disponível para venda no não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Ativo financeiro custo histórico - 2010	2.650
Adições no exercício	2.906
Ativo financeiro custo histórico -2011	5.556
Adições no exercício (*)	12.761
Baixas no exercício	(4)
Ativo financeiro custo histórico - 2012	18.313
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	1.214
Ativo financeiro custo corrigido - 2012	19.527

(*) Inclui, R\$3.990, referente a aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

15. Intangível e Imobilizado

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo inicial 2011	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo final 2012
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	114.878	-	14.761	(8.356)	-	121.283
Amortização acumulada	(49.277)	-	1.605	1.204	(5.171)	(51.639)
Subtotal	65.601	-	16.366	(7.152)	(5.171)	69.644
Em Curso	10.747	21.872	(19.028)	(8.758)	-	4.833
Total	76.348	21.872	(2.662)	(15.910)	(5.171)	74.477
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	13.775	-	86	(2.129)	-	11.732
Amortização acumulada	(2.038)	-	-	-	(573)	(2.611)
Subtotal	11.737	-	86	(2.129)	(573)	9.121
Em Curso	119	203	(86)	(45)	-	191
Total	11.856	203	-	(2.174)	(573)	9.312
Total do intangível	64.492	21.669	(2.662)	(13.736)	(4.598)	65.165
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	-	-	4	-	-	4
Máquinas e equipamentos	-	-	2.820	(2.115)	-	705
Veículos	-	-	67	-	-	67
Móveis e utensílios	-	-	1.376	-	-	1.376
Depreciação acumulada	-	-	(1.605)	414	(93)	(1.284)
Total Imobilizado	-	-	2.662	(1.701)	(93)	868
Total Geral	64.492	21.669	-	(15.437)	(4.691)	66.033

(*) Inclui R\$12.761 de transferência para Contas a Receber da Concessão e R\$868 transferido para o Ativo Imobilizado.

	Saldo inicial 2010	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo final 2011
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	103.081	-	12.824	(1.027)	-	114.878
Amortização acumulada	(44.619)	-	-	772	(5.430)	(49.277)
Subtotal	58.462	-	12.824	(255)	(5.430)	65.601
Em Curso	6.568	19.713	(12.824)	(2.710)	-	10.747
Total	65.030	19.713	-	(2.965)	(5.430)	76.348
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	13.455	-	103	217	-	13.775
Amortização acumulada	(1.269)	-	-	-	(769)	(2.038)
Subtotal	12.186	-	103	217	(769)	11.737
Em Curso	(28)	271	(103)	(21)	-	119
Total	12.158	271	-	196	(769)	11.856
Total Geral	52.872	19.442	-	(3.161)	(4.661)	64.492

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens e adutoras	2,94%
Edificações e benfeitorias	2%
Máquinas e equipamentos	2,91%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,92% (4,81% em 2011).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2012	2011
Contribuições do consumidor	10.643	10.442
Participação da União - recursos CDE	3.775	3.773
Reserva para reversão	12	11
(-) Amortização acumulada	(2.611)	(2.038)
Total	11.819	12.188
Alocação:		
Contas a receber da concessão	2.507	332
Infraestrutura - Intangível em serviço	9.121	11.737
Infraestrutura - Intangível em curso	191	119
Total	11.819	12.188

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em fevereiro de 2009.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2012	2011
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	2.721	3.110
(-) transferência para o intangível em curso	(674)	(807)
Efeito líquido no resultado	2.047	2.303

(*) Conforme CPC-20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa nº24.

16. Fornecedores

	2012	2011	01/01/2011
Suprimento:			
CCEE (1)	-	255	318
Contratos Bilaterais (1)	8.811	7.502	8.019
Uso de rede básica (1)	1.215	999	925
Conexão à rede (1)	114	117	90
Uso do sistema de distribuição (1)	2.132	320	-
Materiais, serviços e outros (2).	2.219	2.845	2.605
Total	14.491	12.038	11.957
Circulante	14.100	11.677	11.634
Não circulante	391	361	323

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
Em moeda nacional							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	6.542	13.086	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	35	-	5.000	5.035	5.039	5.040	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	81	145	228	287	347	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	1	-	1	6	11	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	6	2.070	6.645	8.721	10.058	11.203	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	6	1.377	6.480	7.863	8.038	1.894	
Banco Itaú BBA - FINAME	8	140	806	954	743	281	
Total em moeda nacional	57	3.669	19.076	22.802	30.713	31.862	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(4)	(25)	(118)	(147)	(242)	(354)	
Em moeda estrangeira							
Bank of America Merrill Lynch	114	-	8.230	8.344	-	-	(1)
Banco Itaú BBA	195	-	12.262	12.457	-	-	(1)
Total em moeda estrangeira	309	-	20.492	20.801	-	-	
Total	362	3.644	39.450	43.456	30.471	31.508	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$3.848 (R\$5.331 em 2011 e R\$4.540 em 01/01/2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	21	RGR	+ 5,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	fev-2013	mensal	Recebíveis	1	RGR	+ 5,0%	
Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré-fixado	7,5%	(1)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal, após ago.2012	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado	7,5%	(1)
Banco Itaú BBA - FINAME	jan-2015	mensal	Alienação fiduciária	50	pré-fixado de 4,5% a 5,5%		
Bank of America Merrill Lynch	jan-2014	final	Aval Energisa S.A	13	Libor	+ 2,15%	(2)
Banco Itaú BBA	ago-2015	final	Aval Energisa S.A	32	Dólar	+ 3,2466%	(2)

(1) Considera Bônus de 25% e 15% sobre juros por adimplemento, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

(2) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2012	2011	01/01/2011
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,3%
TJLP	5,0%	6,0%	6,0%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%
IGP-M	7,81%	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2012
2014	11.467
2015	15.443
2016	3.170
2017	2.184
2018	2.892
Após 2018	4.294
	<u>39.450</u>

18. Tributos e Contribuições Sociais

	2012	2011	01/01/2011
ICMS	3.901	3.387	3.105
Encargos Sociais	257	249	231
IRPJ	2.761	1.458	1.054
CSSL	1.733	830	647
PIS / COFINS	2.515	2.602	2.791
IRRF	50	71	60
Outros	112	193	106
Total	11.329	8.790	7.994
Circulante	9.475	8.637	7.834
Não circulante	1.854	153	160

19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	236	298	(83)	18	469
Cíveis	1.831	574	(652)	104	1.857
Fiscais	843	-	(74)	48	817
Total	2.910	872	(809)	170	3.143
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.197)	-	-	-	(603)

	Saldo inicial 2010	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	243	142	(161)	12	236
Cíveis	1.747	426	(442)	100	1.831
Fiscais	584	222	(7)	44	843
Total	2.574	790	(610)	156	2.910
Depósitos e cauções vinculados (*)	(1.197)	-	-	-	(1.197)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$ 5.313 (R\$5.487 em 2011 e R\$5.661 em 01/01/2011) dos quais R\$ 4.710 (R\$4.290 em 2011 e R\$4.464 em 01/01/2011) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$577, sendo de indenizações trabalhistas R\$362 (R\$180 em 2011) e de indenizações cíveis R\$215 (R\$389 em 2011).

Perdas prováveis:**Trabalhistas**

Durante o exercício de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, como consequência, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$298 (R\$142 em 2011) e revertida no montante de R\$83 (R\$161 em 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto, pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$39.

No exercício de 2012, foi registrado complemento de provisão de R\$574 (R\$426 em 2011) e reversão de provisões de R\$652 (R\$442 em 2011).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas à INSS e ISS. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja por se encontrarem devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício de 2012 não foram registrados complemento de provisões (R\$222 em 2011) e reversão de provisões de R\$74 (R\$7 em 2011).

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$15.633 (R\$9.356 em 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se a multa requerida pelo Ministério Público do Trabalho em ação civil pública que tem por objeto proibir a terceirização de serviços equivalente a R\$191 (R\$540 em 2011);

Cíveis

Essas ações no montante de R\$7.187 (R\$1.028 em 2011), têm por objeto a discussão de penalidade administrativa aplicada pelo CADE e reclamação de consumidores; e

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$8.255 (R\$7.788 em 2011), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 215.731 ações ordinárias e 77.416 ações preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos fixos de 10% ao ano, calculados sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$4.778, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$57.017 (R\$52.239 em 2011).

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu em 2009, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 21 ações ordinárias e 207 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$50. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

20.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

20.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

20.4. Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 094/2004 - ADENE emitido em 31 de março de 2004.

A Companhia obteve direito a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração, para o período de 2003 a 2012 que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e ingressou com o pedido junto à Receita Federal do Brasil em fevereiro de 2013.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou R\$5.735 (R\$4.778 em 2011) de redução de imposto de renda e adicionais.

20.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	28.961	17.891
Dividendos prescritos	72	61
Reserva legal	(1.448)	(895)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(5.735)	(4.778)
Lucro líquido ajustado	21.850	12.279
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em setembro de 2011 - R\$17,5600 por ação	-	5.144
. Pagos em dezembro de 2011 - R\$11,6600 por ação	-	3.415
. Pagos em agosto de 2012 - R\$37,8400 por ação	11.084	-
. Pagos em dezembro de 2012 - R\$5,1943 por ação	1.522	-
. A Pagar em janeiro de 2013 - R\$13,6557 por ação	4.000	-
	16.606	8.559
Dividendos adicionais propostos: R\$17,9028 (R\$12,7012 em 2011) por ação (**):	5.244	3.720
Total dos dividendos	21.850	12.279
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2012 (10 de agosto e 23 de dezembro de 2011) e foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2012 (30 de junho e 30 de setembro de 2012)

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08 (R1).

21. Receita operacional

	2012			2011		
	Não auditada pelos auditores independentes			Não auditada pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	149.385	201.292	84.229	143.675	191.429	68.310
Industrial	620	214.781	66.397	620	207.584	59.409
Comercial	14.120	131.470	54.065	13.826	121.254	45.438
Rural	13.616	22.921	4.393	13.001	20.184	3.598
Poder Público:						
Federal	107	17.482	7.211	105	15.892	6.261
Estadual	261	6.810	2.799	256	6.189	2.431
Municipal	952	5.339	2.206	934	4.854	1.916
Iluminação Pública	51	23.986	5.775	51	23.308	5.092
Serviço Público	58	11.124	2.588	56	10.783	2.805
Consumo Próprio	6	257	-	6	325	-
Subtotal	179.176	635.462	229.663	172.530	601.802	195.260
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	1.054	-	-	371
Suprimento	1	18.432	9.150	1	30.142	427
Fornecimento não faturado (líquido)	-	6.989	1.503	-	276	1.312
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	150	-	-	-
Receita de Construção	-	-	21.452	-	-	19.081
Outras receitas operacionais	-	-	1.582	-	-	1.366
Total - receita operacional bruta	179.177	660.883	264.554	172.531	632.220	217.817
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	46.614	-	-	40.662
PIS	-	-	3.921	-	-	3.276
COFINS	-	-	18.060	-	-	15.089
ISS	-	-	59	-	-	11
Quota para RGR	-	-	1.474	-	-	1.139
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	811	-	-	668
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.452	-	-	1.335
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	4.477	-	-	7.223
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.297	-	-	1.068
Total	-	-	78.165	-	-	70.471
Total - receita operacional líquida	179.177	660.883	186.389	172.531	632.220	147.346

22. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda	75.994	-	-	-	-	75.994	64.618
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	19.047	-	-	-	-	19.047	11.922
Pessoal e administradores	-	6.695	3	2.979	5.779	15.456	13.650
Entidade de previdência privada	-	-	-	6	54	60	115
Material	-	479	3	785	257	1.524	1.604
Serviços de terceiro	-	909	52	2.753	8.804	12.518	11.262
Depreciação e amortização	-	4.151	-	5	535	4.691	4.661
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	66	-	66	(1.154)
Provisões para riscos	-	-	-	-	63	63	180
Custo de construção	-	-	21.452	-	-	21.452	19.081
Outras	-	594	-	96	1.096	1.786	1.763
	95.041	12.828	21.510	6.690	16.588	152.657	127.702

23. Outros resultados

	2012	2011
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.793	772
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(4.374)	(539)
Total	(2.581)	233

24. Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	1.130	1.537
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.527	2.056
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.214	-
Outras receitas financeiras	856	1.041
Total receita financeira	5.727	4.634
Encargos de dívidas - juros	(2.721)	(3.110)
Varição monetária e cambial	(1.131)	-
Transferência para ordens em curso	674	807
Marcação a mercado derivativos	758	-
Instrumentos financeiros derivativos	608	-
Ajuste valor presente ativo	354	(1.027)
Despesas bancárias	(548)	(859)
Outras despesas financeiras	(818)	(673)
Total despesa financeira	(2.824)	(4.862)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2.903	(228)

25. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações em circulação no final do exercício de 215.710 ações ordinárias e 77.209 ações preferenciais.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2012	2011
Riscos Operacionais	23/10/2013	23.000	36	16
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	40	38
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2013	Até R\$ 200 mil / Veículo	26	27
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	9.602	44	40
			146	121

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações e prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária

Resultados de 2012

básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumulto, alagamentos/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2012		2011		1/1/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO						
Caixa e equivalente de caixa	7.968	7.968	8.699	8.699	22.706	22.706
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.015	6.015	5.331	5.331	4.540	4.540
Consumidores e concessionárias	33.644	33.644	23.290	23.290	20.436	20.436
Títulos de créditos a receber	6.987	6.987	5.760	5.760	4.178	4.178
Conta a receber da concessão	19.527	19.527	5.556	5.556	2.650	2.650
PASSIVO						
Fornecedores	(14.491)	(14.491)	(12.038)	(12.038)	(11.957)	(11.957)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	(43.456)	(44.611)	(30.471)	(30.151)	(31.508)	(31.508)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso do empréstimo com o Citibank e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios o valor contábil difere do valor justo, em face de existir operações similares no mercado. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo utilizando técnica de avaliação fundamentada no desconto de fluxos futuros a valor presente, com base nas taxas disponíveis no mercado, contudo, o valor justo reflete a qualidade de crédito do instrumento.

Derivativos

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros na data do balanço foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve revisões em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.100	-	-	-	391	14.491
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.884	2.506	43.508	7.396	8.527	64.821

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e a percepção de risco está aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

ATIVO	2012	2011	01/01/2011
Caixa e equivalente de caixa	7.968	8.699	22.706
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.015	5.331	4.540
Consumidores e concessionárias	33.644	23.290	20.436
Títulos de créditos a receber e outros	6.987	5.760	4.178
Conta a receber da concessão	19.527	5.556	2.650

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNB e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2012, com alta de 8,94% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0435/USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa em 31 de dezembro de 2012, de R\$43.456 (R\$30.471 em 2011 e R\$31.508 em 01/01/2011), R\$20.801 estão representados em dólares, provenientes de US\$10,2 milhões (US\$10 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch e Itaú BBA com vencimento de curto e longo prazo (vencimento em Jan/14 e Ago/15, respectivamente) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresenta no ativo não circulante R\$1.621 a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. A medida em que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

- 1) Proteção para o montante equivalente a US\$4,1 milhões de principal mais juros (US\$4,0 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,65 (Jan-14) pelo prazo de até 17/01/2014, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais (LIBOR mais 2,150% ao ano) por 98,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos para 17/07/2012 até 17/01/2014, bem como o valor do principal nesta última data.
- 2) Proteção para o montante equivalente a US\$6,1 milhões de principal mais juros (US\$6,0 milhões de principal) do empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA, por meio de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,85 (Ago-15) pelo prazo de até 17/08/2015, visando a proteção de empréstimo contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ mais 4,33% ao ano por 100,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 17/08/2015, bem como o valor do principal nesta última data.

No exercício, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$1.366, decorrentes da apreciação do dólar.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procederá a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que podem ser assim resumidos:

	Nocional (BRL)	Posição Ativa		A Receber (Recebido)	A Pagar (Pago)
		Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	29.370	-	-
Swap com opções	26.600	Posição Passiva			
- Itaú BBA e Merrill		Taxa de Juros CDI	(27.471)	-	-
Lynch		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(278)	53	(228)
		Posição Total Swap Com Opções	1.621	53	(228)

O Valor Justo dos derivativos efetuado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que podem ser assim resumidos:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2012, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos 4131			2.068	(2.862)	(7.793)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	29.370		19.721	24.651	29.581
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(27.471)	Alta do US\$	(19.889)	(19.889)	(19.889)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(278)		-	-	(2.915)
Total	1.621		1.900	1.900	(1.016)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$1.900, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$1.900 e negativo de R\$1.016, respectivamente.

(2) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,25% a.a, TJLP = 5% e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE = 8% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	9.989	Alta CDI	716	896	1.075
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos (2)	(5.035)	Alta CDI	(404)	(35)	(587)
	(16.581)	Alta FNE	(1.928)	(2.176)	(2.425)
Total	(11.627)		(1.616)	(1.315)	(1.937)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2013 (7,25% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2012, TJLP 5% a.a FNE = 8,0% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(2) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$20.801.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2012	2011	01/01/2011
Ativos				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	6.015	5.331	4.540
Contas a receber da concessão	3	19.527	5.556	2.650

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

28. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
	2012	2011		2012	2011
BD Previdência	93	115	1,56	2.930	2.633

O Superávit referente ao plano não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BD Previdência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 600 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(4.081)	(3.695)	(3.536)
Valor justo dos ativos do plano	8.402	7.239	5.278
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	4.321	3.544	1.742
Perdas (ganhos) não reconhecidas	(1.391)	(911)	631
Ativo líquido	2.930	2.633	2.373

Demonstração das despesas para o exercício de 2013, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	205	183
Custo dos juros	367	398
Rendimento esperado do ativo do plano	(583)	(706)
Ganhos atuariais não reconhecidos	(34)	(12)
Contribuições dos empregados	(106)	(99)
Receitas previstas para 2013	(151)	(236)

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício:

	2012	2011
Ativo atuarial líquido no início do exercício	(2.633)	(2.373)
Receitas correntes	(236)	(170)
Contribuições da Companhia	(61)	(90)
Ativo atuarial líquido do final do exercício	(2.930)	(2.633)

Em 31 de dezembro de 2012, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.239	5.278
Benefícios pagos	(448)	(260)
Contribuições de participantes vertidas no ano	73	105
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	61	90
Rendimento efetivo dos ativos	706	629
Ganhos (perdas) atuarias dos ativos	771	1.397
Valor justo dos ativos	8.402	7.239

Em 31 de dezembro de 2012 a demonstração do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Saldo no início do exercício	3.695	3.536	2.807
Benefícios pagos no ano	(448)	(260)	(182)
Juros sobre obrigação atuarial	398	421	303
Custo do serviço corrente (com juros)	183	187	187
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	253	(189)	421
Saldo no final do exercício	4.081	3.695	3.536

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	3,78% a.a. (não inclui inflação)
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,08% a.a. (inclui inflação).
Reajuste do benefício	Somente inflação
Crescimento salarial	0% a.a.
Inflação projetada	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPC

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa BO aos seus empregados:

Descrição	
Participantes Ativos	
Número	57
Idade Média	41,56
Tempo de participação (anos)	15,54
Salário de Participação Médio	R\$2,626
Participantes Assistidos	
Número	7
Idade Média	66,71
Benefício Médio Mensal	R\$1,944
Pensionistas	
Número de Pensionistas	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,432

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós emprego com esses empregados.

No exercício de 2012, as despesas com esse benefício foram de R\$650 (R\$649 em 2011).

29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Após 2017</u>
2013 a 2046	65.193	55.240	59.426	60.521	63.159	970.476

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

30. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

31. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz estudo de impacto ambiental e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Plano de Controle Ambiental - PCA; e Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para realizar ou utilizarem os recursos naturais de forma racional e sustentável e otimizando a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio

Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretendem mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;

6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papapilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas.
8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas praticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
10. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
11. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
12. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
13. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
14. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
15. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

No exercício de 2012, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$467 (R\$1.593 em 2011), sendo R\$461 (R\$1.589 em 2011) alocados no ativo imobilizado e R\$6 (R\$4 em 2011) em despesas operacionais.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2012	2011	01/01/2011
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.214	-	-
Contas a receber da concessão	12.761	2.906	
Fornecedores de intangível e imobilizado	761	-	-
Dividendos a pagar	4.000	3.487	132
Capitalização de reservas	4.778	5.404	-

33. Evento subsequente

Redução das tarifas de energia elétrica

O Governo Federal editou em 11 de setembro de 2012 a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 que dentre outros veio reduzir os encargos setoriais: (i) eliminação da RGR (Reserva Global de Reversão) e da CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução de 75% dos custos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

Os custos da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC serão providos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE criada pelo Governo Federal para desenvolvimento energético dos Estados.

A redução dos preços das tarifas de energia elétrica não causarão impactos diretos no resultado da Companhia em face da diminuição da receita ter contrapartida nos dos encargos setoriais e nos impostos incidentes sobre as vendas.

Em 24 de janeiro de 2013 foi efetuada uma revisão tarifária extraordinária com estabelecimentos de novas tarifas aos consumidores.

Segue as reduções efetuadas nas tarifas:

Efeito Médio para o Grupo A			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
A3 (69 kV)	211,70	165,98	-21,60%
A4 (2,4 a 44 kV)	246,47	197,77	-19,76%

Efeito Médio para o Grupo B			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
B1 - Residencial	322,89	264,77	-18,00%
B2 - Rural	190,04	155,82	-18,01%
B3 - Demais Classes	303,11	248,56	-18,00%
B4 - Iluminação Pública	170,36	139,71	-17,99%

Efeito Médio para a Distribuidora			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
Consumidores Cativos	270,76	219,69	-18,86%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
Campina Grande - PB

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “S” PB

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 “S” PB